

A REVERBERAÇÃO DO SOFRIMENTO NA READAPTAÇÃO DE PROFESSORAS ADOECIDAS

Zenaide Valéria Leite Olarte¹
Vanessa Catherina Neumann Figueiredo²

Resumo: Este artigo objetiva apresentar as vivências no processo de readaptação de docentes afastados de sala de aula por adoecimento. É um estudo qualitativo à luz da Psicodinâmica do Trabalho. Participaram da pesquisa cinco professoras da Rede Municipal de Corumbá, Mato Grosso do Sul. Todas responderam a um questionário socio-demográfico e responderam uma entrevista sobre a trajetória laboral e as vivências na nova função. A análise de conteúdo das narrativas permitiu sistematizar as categorias, sendo: trajetórias no magistério; o adoecimento; violências na readaptação; e ser readaptada. Apesar de instituída no município, a readaptação reforça experiências de rejeição, insegurança, preconceito e violência, agravados pela falta de reconhecimento, que contribui para o quadro patogênico.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá, Brasil. Doutoranda e Mestra em Educação Social pelo Programa de Pós-Graduação, Campus do Pantanal, com ênfase na Saúde Mental do Trabalho, graduada em Letras pela UFMS e integrante do Laboratório de Saúde Mental do Trabalhador.

E-mail: zenaideolarte71@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7367173968283783>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8477-2811>

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá, Brasil. Professora Titular no Campus do Pantanal, atua nos Programas de Pós-Graduação em Educação, em Estudos Fronteiriços e em Psicologia, e na graduação em Psicologia. Doutora em Saúde Coletiva (UNICAMP), Mestra em Sociologia (UNESP) e Graduada em Psicologia (UNESP). Responsável pelo Laboratório de Saúde Mental do Trabalhador e Líder do Grupo de Pesquisa (CNPQ) “Saúde mental e trabalho na fronteira”.

E-mail: vanessa.figueiredo@ufms.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6692253887891002>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0062-9234>

Palavras-chave: Doenças laborais. Readaptação docente. Psicodinâmica. Trabalho.

THE REVERBERATION OF SUFFERING IN THE REHABILITATION OF SICK TEACHERS

Abstract: This article aims to present the experiences in the readaptation process of teachers who were away from the classroom due to illness. It is a qualitative study in the light of the Psychodynamics of Work. Five teachers from the Municipal Network of Corumbá, Mato Grosso do Sul, participated in the research. All of them answered a sociodemographic questionnaire and responded to an interview about their work trajectory and experiences in the new role. The content analysis of the narratives allowed the systematization of the categories, namely: trajectories in teaching; illness; violence in readaptation; and being readapted. Despite being instituted in the municipality, readaptation reinforces experiences of rejection, insecurity, prejudice and violence, aggravated by the lack of recognition, which contributes to the pathogenic framework.

Keywords: Occupational diseases. Teacher readaptation. Psychodynamic. Work.

Introdução

Instituída pela Lei Federal 8.112 em dezembro de 1990, a qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, a readaptação funcional é definida no Artigo 24 como a “investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica” (Brasil, 1990). Após afastamento para tratamento de saúde e na impossibilidade de retornar às atividades laborais, o servidor efetivo tem direito a exercer novas funções ocupacionais, considerando restrições físicas

e mentais, habilitação, escolaridade e equivalência salarial. Assim, a readaptação configura um árduo e longo processo que inclui diagnóstico médico, emissão de laudos, afastamentos por licença-saúde, sugestão de realocação e rearranjo funcional.

Carloto (2010) cita como causas de afastamento das atividades docentes a superlotação em sala de aula, a pouca valorização profissional, a indisciplina e a violência nas escolas, as condições de trabalho inadequadas, a participação pouco efetiva de pais/responsáveis no processo educacional dos alunos, a elevada carga horária e as múltiplas jornadas laborais.

Dentre os fatores de agravo à saúde dos docentes estão o baixo salário, a aceleração das tarefas, a precarização laboral, a ausência de lazer, a invasão do espaço doméstico por atividades profissionais, a perda de autonomia, o desgaste vocal, os movimentos repetitivos, a padronização curricular, a falta de diálogo e cooperação, a banalização da violência escolar e as avaliações meramente classificatórias (Souza; Leite, 2011). Tais aspectos sobrecregam física/emocionalmente e estão vinculados a uma política educacional gerencialista voltada a métricas quantitativas atrelada à exigência de uma performance primorosa, mesmo com superlotação de alunos, ampliação da jornada, sobrecarga de funções, precariedade estrutural e desvalorização da carreira (Nóvoa, 2009), acarretando no “mal-estar docente” (Esteve, 1994, p. 98). Logo, “Quando o professor adoece os percalços para sua realocação têm início” (Amaral, 2018; Farias; Miguel, 2015).

Em Corumbá, a readaptação funcional foi instituída pela Lei Complementar nº 42 (Brasil, 2000), alterada pela Lei Complementar nº 139 (Brasil, 2010); já as normativas para o reajustamento docente

foram estabelecidas pela Lei Complementar 150 (Brasil, 2012), que institui no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal o afastamento temporário ou definitivo do Profissional de Educação de suas atribuições devido à recomendação médica, decorrente de incapacidade laboral para o exercício das funções.

Para Dejours (2011), o trabalho pode tanto promover como deteriorar a saúde mental, dependendo da relação entre o sujeito e a organização laboral. Mesmo sendo sempre acompanhado de sofrimento, o trabalho envolve um confronto entre o que foi planejado e o real, exigindo engajamento subjetivo para superar barreiras concretas, simbólicas e afetivas, modificando a existência e a individualidade do trabalhador.

Quando o coletivo reconhece a contribuição do trabalhador, ele se sente pertencente ao grupo, o que favorece a realização profissional, o bem-estar e a construção da identidade, transformando tanto o trabalho quanto o sofrimento (Dejours, 2022). Para Santos e Figueiredo (2020) o zelo no trabalho, gerado pelas dificuldades, orienta a inteligência, desenvolve novas aptidões e permite resistir ao fracasso, tornando o trabalho um espaço de desenvolvimento intelectual, habilidades e sociabilidade.

Quando a inteligência prática não é certificada pelo grupo ou não pode ser aplicada de forma cooperativa, surgem ansiedade, preocupação e medo. O impedimento do trabalho colaborativo desarticula a reelaboração da atividade, impedindo a expressão e aprovação da originalidade no coletivo. Sem o reconhecimento da beleza da criação, ressignificação ou sublimação do sofrer, a mobilização subjetiva e objetiva e comprometida, favorecendo o individualismo e as patologias, realidade observada também em empresas privadas.

O gerencialismo tem transformado o trabalho docente nas escolas públicas impondo novas práticas, metas e responsabilidades que ultrapassam a função de ensino-aprendizagem (Ferreira, 2017, p. 25). Impotentes de modificar a lógica quantofrênica (Gaulejac, 2007), os professores tem convivido com rivalidades e disputas, resultando no predomínio do sofrimento patogênico nos espaços educacionais.

Diante do desgaste humano, da frustração do coletivo ou da dificuldade de questionar falhas organizacionais, o serviço ocorre por meio de regras consensuais elaboradas e compartilhadas pelo grupo, o que se manifesta, por exemplo, na aceleração das tarefas como estratégia frente à sobrecarga física e psíquica. Embora o uso de estratégias defensivas sirva para diminuir a sensação de ansiedade e favoreça o alcance de uma tênue normalidade sofrente, ele também torna inconscientes os fatores organizativos que geram sofrimento. Dessa forma, a adaptação ou a proteção psíquica proporcionada pelos recursos defensivos não resulta em ações de mudança no contexto laboral, tornando o coletivo incapaz de reaver o sentido do trabalho docente ao se submeter aos (des)propósitos organizacionais (Moraes, 2013). O uso prolongado e indiscriminado de recursos inconscientes pelo grupo estabelece uma ideologia defensiva que leva ao adoecimento e à incapacidade de continuar na função, pois prevalecerão as condutas defensivas, sem modificar o trabalho.

Com o objetivo de apresentar as vivências no processo de readaptação de docentes afastados de sala de aula (Olarte, 2023), este artigo considera as transformações na gestão das instituições educacionais públicas, assim como o tipo de organização do trabalho fundamentada no neoliberalismo, cujos valores centrais de eficácia,

rapidez, saúde e sucesso veiculados culpabilizam os professores pela “falência do sistema educacional” (Ferreira, 2017, p. 1).

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa qualitativa baseada na abordagem teórico-metodológica da Psicodinâmica do Trabalho, na busca da compreensão das vivências no contexto laboral, mobilizadas pelas relações dinâmicas com a organização do trabalho. A escolha por estudar professores do Ensino Fundamental - anos iniciais justifica-se pelo maior número de docentes readaptados nesse segmento ($n=17$), no período de 2018 a 2020. Considerando os critérios de inclusão ser professor readaptado, atuante no Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Corumbá/MS, no período mencionado, e lotado na zona urbana, foi possível contatar apenas sete docentes. Dentre eles, dois não participaram da pesquisa: uma professora, por estar hospitalizada durante o período de coleta de dados; e um professor, por não se sentir emocionalmente preparado para abordar a temática proposta. Às cinco participantes restantes, foi enviado individualmente, de forma sigilosa e por meio eletrônico, um link de acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado por meio da plataforma Google Formulários, que foi utilizada apenas como instrumento de explication, para leitura e registro do termo, cuja assinatura foi realizada no ato da entrevista. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS/CPAN: CAAE 53117121.7.0000.0021- Parecer 5.448.723.

O estudo utilizou o questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada sobre trajetória laboral, realocação, relações

subjetivas e adaptação ao novo coletivo. As entrevistas, gravadas em áudio e vídeo, duraram aproximadamente 40 minutos e foram transcritas por meio da plataforma Google Docs. As falas e os silêncios manifestados foram interpretados à luz da teoria Psicodinâmica do Trabalho, considerando o sofrimento ocultado pelas estratégias defensivas (Dejours, 2011).

Foi aplicada a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), sistematizada em três etapas: pré-análise, exploração dos dados e interpretação dos resultados. Tal processo viabilizou organizar as narrativas em quatro categorias: trajetórias no magistério; o adoecimento; violências na readaptação; e ser readaptada.

Análise e discussões

Perfil profissional e de adoecimento no trabalho docente

Participaram da pesquisa cinco professoras readaptadas, todas do sexo feminino, com idade média de 56,8 anos. Dentre elas, três eram casadas, uma divorciada e uma solteira. Todas possuíam ensino superior completo e especialização. O tempo médio de serviço na Rede Municipal de Ensino (REME) foi de 37 anos, e o tempo médio de readaptação foi de 5,8 anos.

As causas que motivaram a readaptação funcional foram variadas: uma professora foi afastada por transtornos psíquicos, como depressão, ansiedade e síndrome do pânico; as outras quatro, por problemas osteomusculares, incluindo artrose (em ombro, joelho e quadril), lesão por esforço repetitivo (LER) e fratura da extremidade proximal da tíbia, decorrente de acidente de trabalho. No momento

da entrevista, todas as participantes relataram sentir dores musculares e articulares persistentes.

Após o processo de readaptação, observou-se agravamento das condições de saúde em todos os casos. A docente inicialmente afastada por transtornos psíquicos passou a apresentar, além do quadro anterior, hipertensão arterial, artrose e fibromialgia. A professora readaptada por fratura na tíbia desenvolveu comprometimento físico-motor mais intenso, além de síndrome do pânico, ansiedade e depressão. Outra, inicialmente readaptada por artrose, passou a relatar síndrome do gatilho e osteopenia. Entre todas as entrevistadas, apenas uma não desenvolveu transtorno psíquico após a realocação funcional. Os tratamentos, realizados ou em andamento pelas participantes, incluíam acompanhamento com ortopedista/traumatologista, reumatologista, fisioterapeuta, psiquiatra, psicóloga e clínico geral.

O trabalho docente enfrenta desafios além das demandas pedagógicas, como pressões institucionais, falta de reconhecimento e relações de trabalho abusivas. A imposição de metas gerencialistas, a desvalorização profissional e a perda de autonomia impactam diretamente a identidade e a saúde mental dos professores. Quando readaptadas as participantes enfrentaram violências, deslegitimação e afastamento das práticas que davam sentido à sua trajetória profissional.

Claude Dubar (1997) afirma que a opção profissional não se resume na escolha de uma ocupação, envolve a construção identitária, capaz de representar e de refletir a imagem do trabalhador no que faz e, indo o fazer docente além das normativas, dado o espaço escolar de socialização de conhecimentos e de contribuição para a sociedade.

A atuação de PR4 em sala de aula era repleta de afeto, sendo capaz de enxergar a relevância de sua contribuição social antes de

ser realocada de função: “Eu sempre quis ser professora para mudar a visão das crianças sobre alguns assuntos e conseguir formar cidadãos de bem e críticos” (PR4, 2022). Ao sentir-se livre para usar diferentes métodos, recursos e estratégias de ensino, tornava a aprendizagem um processo prazeroso. Nesse sentido, PR4 via o trabalho como meio propulsor de realização, o que fortalecia sua identidade docente e a motivava a continuar acreditando em práticas transformadoras.

Conforme pontua Dejours (1992), quando o trabalhador tem autonomia para valer-se de sua criatividade, de sua inteligência prática e de sua expertise, sendo reconhecido na sua inventividade e colaboração, o trabalho é transformado e o sofrimento pode ser ressignificado. Como para a PR4, o trabalho lhe proporcionava satisfação e fortalecia a identidade docente, que tinha sido construída a partir da prática, dos vínculos estabelecidos e das experiências ético-políticas cotidianas (Souza; Carrieri, 2012): “Sim. Gostava de estar em sala de aula com meus alunos. Trabalhar com eles (...) me faz muita falta” (PR4, 2022).

Apesar de dedicar-se à elaboração de projetos, a PR1 enfrentou a desvalorização por parte da gestão escolar. Seus esforços não foram legitimados, o desrespeito ou a falta de aprovação ligados à atividade profissional gerava incertezas, afetava a individualidade e prejudicava sua saúde mental: “infelizmente eu não tinha muito apoio e valorização da direção da escola, mas os técnicos da prefeitura, que lá estavam, me deram muito apoio” (PR1, 2022).

Embora sua utilidade não fosse validada pela chefia, a relevância da atividade e a dedicação ao projeto eram reconhecidas pela equipe de professoras da Secretaria de Educação. Por outro lado, a

PR2 relatou a admiração de colegas e da gestão por suas habilidades artísticas: “Eu era professora alfabetizadora (...), aí a diretora me convidou para ser professora de Artes” (PR2, 2022). Esse reconhecimento lhe gerava bem-estar e impactava no fortalecimento da identidade, pois incentivava o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos profissionais.

Para além do interesse pela profissão, a condução da carreira era impactada pelas metas desenhadas pela gestão. Também para a PR1, o alcance e superação de resultados ditavam as ações; caso contrário, tinham de arcar com o desrespeito ao estabelecido, visto atrapalhar os resultados de excelência almejados pela escola. “(...) a diretora, no outro ano, colocou uns alunos [na minha sala] que meu Deus do céu! Falou que a culpa era minha, porque, se eu tivesse passado Pedro, ele não estaria na segunda série” (PR1, 2022).

O desrespeito à identidade e ao passado profissional após o adoecimento foi citado por PR1, que, com penúria, contou como tinha sido deixada de lado quando se viu impossibilitada de produzir resultados como antes, não correspondendo mais aos ideais de utilidade: “Eu fiquei muito triste com essa diretora, por causa que ela não levou em conta todo o meu histórico na escola de professora (...) sempre fui disposta a tudo!” (PR1, 2022).

Entre as entrevistadas, todas revelaram problemas osteomusculares. A PR4 contou que desenvolveu LER/DORT devido aos movimentos de escrever, passar e corrigir atividades. Sem diminuir as demandas, recorriam à aceleração para manter o ritmo de trabalho e atenuar as falhas organizacionais. No entanto, por ser um mecanismo mental, não mudava a realidade institucional, apenas reforçava o desânimo, a servidão e o adoecimento.

Conforme Amaral (2018), a patologia da sobrecarga surge em razão da busca por reconhecimento, quando o sujeito não respeita seu limite físico e mental para provar o quanto é importante à entidade. No caso da PR4, a falta de gratificação por parte da escola e o esforço em ser reconhecida e ter seu saber-fazer autenticado coletivamente tinha acarretado o desenvolvimento de LER/DORT, ocasionando-lhe diversas limitações e dores. Assim também ocorreu com a PR2

Eu estava com artrose aqui no quadril (...) aí devido a muito esforço, eu tive artrose no joelho e eu não tinha mais condições de fazer serviços em pé, né? (...) o médico solicitou que fizesse uma readaptação, [pois na] sala de aula exige muito que o professor se locomova e utilize o quadro (PR2, 2022).

Apenas a PR1 afastou-se de sala de aula por transtorno mental (insônia, ansiedade, esgotamento mental e pânico) além de dores crônicas no estômago, perda de apetite e tendinite, narrou a ruptura dos acordos tácitos estabelecidos na comunidade escolar quando diagnosticada com depressão e encaminhada a um psiquiatra. Por não apresentar o desempenho de antes, foi culpabilizada pelo adoecimento e se tornou alvo de violência simbólica: “A diretora falou assim: ‘você vai ter que pegar esses alunos’. Me deu a pior sala de novo. Só que eu falei: ‘você não disse que eu ia acompanhar minha turma?’ Quando eu entrei na sala, (...) tudo foi afundando e saí correndo [da sala de aula]” (PR1, 2022).

Violências na readaptação

Ainda que nem todas as docentes entrevistadas tenham relatado práticas abusivas anteriores ao adoecimento, como foi evi-

denciado no caso de PR1, observa-se que, após a confirmação da readaptação, as relações profissionais passaram a ser assinaladas por violências simbólicas, indiferença e situações de deslegitimização por parte de gestores escolares, da Secretaria de Educação, de colegas de trabalho e até mesmo de profissionais responsáveis pela perícia médica. Estigmatizadas por estarem enfermas, ao apresentarem atestados eram chamadas de folgadas e preguiçosas, sendo alvo constante de maledicências, não apenas após a readaptação, mas ao longo de todo o processo de adoecimento.

As violências e assédios deixavam as professoras ainda mais fragilizadas e vulneráveis (Heloani, 2005) e somente uma docente não teve a saúde mental afetada após a readaptação.

Dentre as formas de hostilidade suportadas no ambiente laboral, os abusos cometidos por diretores e colegas revelaram-se mais impactantes, demonstrando preconceito, desconfiança e falta de empatia justamente por parte do coletivo que deveria apoiar e acolher as docentes na nova função: “Eu já escutei muitas conversas de corredor: ‘Está fingido, debochando!’ ‘Como é que faz para fazer isso [readaptar]?’” (PR1, 2022).

Com base nas contribuições teóricas que abordam os mecanismos psíquicos de defesa no contexto laboral (DEJOURS, 1992) infere-se que a negação do adoecimento da colega pode ter funcionado como um mecanismo inconsciente de afastamento do temor e da ansiedade diante das precárias condições e da desorganização do ambiente laboral. A criação de partilha de estratégias defensivas, nesse sentido, pode ser compreendida como uma forma de fortalecimento dos laços sociais entre os não adoecidos. Ainda conforme essa perspectiva, ao negar a própria vulnerabilidade diante da precarização, os

sujeitos tenderiam a banalizar e naturalizar o sofrimento alheio, base da crueldade velada sob a forma de sarcasmo ou ironia, revelando um coletivo rompido, atravessado por tensões e mal-estar diante da vivência de injustiça: “(...) tive situações muito ruins. Eu estava sentada no carro, uma pessoa chegou na porta e disse assim: ‘eu que queria ganhar o que você ganha e não trabalhar’” (PR3, 2022).

A aspereza nas relações também foi evidenciada em relatos que indicavam situações de rejeição institucional. Uma das participantes, por exemplo, relatou sentir-se indesejada por uma diretora, que, segundo sua percepção, a considerava inapta para exercer a nova função. Tal sentimento revela o impacto subjetivo da desvalorização vivenciada no ambiente escolar após a readaptação: “Quando ia vir para a escola, uma amiga falou que a diretora ficou desesperada, porque agora ia ficar com duas aleijadas dentro da escola” (PR2, 2022). Conforme Barreto e Heloani (2015), na lógica gerencialista aversiva aos enfermos, improdutivos ou questionadores, o profissional de valor é aquele eficaz. Quem não atinge as metas é visto como quem atrapalha os resultados da produção, situação que embasa a “intolerância social para além do trabalho”.

A PR3 (2022) relatou ser alvo de chacotas e de “muitas violências, (...) eu estava andando depressa para socorrer uma criança, e uma chefe me imitou, aí ficou rindo, sabe? ‘Jeitinho dela’. Aí falou: ‘eu sou assim mesmo. Leva a mal, não.’ Sei! O jeito dela não é assim. Se brincou daquele jeito...” (PR3, 2022). Já a PR1 verbalizou:

Ele era o diretor de uma escola. Ele pegou e me desrespeitou lá na feira, falou ‘PR1 que finge, me chamou de cadeirante (...) foi no açougue [e disse] que eu estava mentindo, que eu estava inventando doença. Outra vez, quando nós fomos brigar pelo nosso direito, o prefeito não viu, mas

ele me desrespeitou. Eu ia jogar a bolsa nele, eu passei mal. Ele falou: ‘E aí? Melhorou? Para isso está boa’ (PR1, 2022).

Todas as vezes em que necessitavam certificar seu estado de saúde na perícia médica, eram tratadas com maldade e desconfiança. Para a PR4, “a perícia sempre causa medo, insegurança”, dada a forma desumana como relataram ser tratadas, evidenciada na narrativa da PR3:

Uma vez teve uma médica, acho que do trabalho (...) ela olhou para mim e, muito debochadamente, disse: ‘anda daqui para ali’. Eu andei. ‘Você está andando assim só agora, né? Porque você tem costume de andar normal.’ Eu me senti extremamente ofendida (PR3, 2022).

Além de conviver com a rejeição, o inconformismo com a própria saúde debilitada e o impedimento de trabalhar afigiam as professoras: “não sabem que não é isso que a gente quer (...) minha vontade não era aposentar na coordenação” (PR1, 2022). Assim, somavam-se às patologias o mal-estar oriundo da falta de respeito e do isolamento por parte do coletivo.

Ser readaptada: outras funções nas mesmas condições insustentáveis

Consta no Artigo 45, § 1º da Lei Complementar 150/2012 (Corumbá, 2012), que o professor readaptado seja realocado em funções compatíveis com suas limitações e escolaridade. Entretanto, as entrevistadas narraram o exercício de atividades alheias ao magistério, como agente de limpeza, auxiliar de disciplina e agente administrativo. Dessa maneira, o descumprimento dos direitos e deveres referen-

tes ao processo de readaptação foi decisivo para a perda do sentido do trabalho e da identidade docente: “A gente nunca sabe ao certo o que fazer. Não tenho funções definidas. Já varri pátio, sala, fui auxiliar de disciplina. [Fiz de] tudo! Menos coordenadora” (PR4, 2022). Embora ela pensasse a readaptação como uma oportunidade para continuar a contribuir com a unidade escolar, teve seus “(...) planos em vão. O que mudou foi a saída da docência. Só isso” (PR4, 2022).

Ao contrário do trabalho repleto de sentido, que considera as potencialidades construídas pelo sujeito ao longo da vida, as novas funções exercidas ocasionavam insatisfação e frustração: “Eu não acho útil meu trabalho, porque eu não estou aproveitando as minhas potencialidades (...) Eu estou adoecendo, perdendo a alegria de viver” (PR3, 2022).

Em razão da difusão da incumbência de tarefas alheias ao cargo assumido por docentes readaptados e do número reduzido de funcionários para a realização de serviços gerais, algumas professoras também desempenhavam, eventualmente, atividades de limpeza: “Não queria falar, mas faltam funcionários. Quando falta funcionário dentro de uma escola, as coisas têm que ser feitas, né? A gente fica sem jeito de deixar do jeito que está o ambiente, né, insalubre (...) joguei água no vaso porque a descarga estragou” (PR3, 2022).

A estrutura predial, também relatada como inadequada, demonstrou-se insustentável nas escolas onde as professoras foram realocadas, constatando a falta de preocupação institucional com a mobilidade e deslocamento das profissionais: “Aqui tem uma rampa pra gente subir pra reunião. Por causa da COVID, né, então tinha que ser lá fora. Eu fui subir a rampa, escorreguei e caí de barriga no chão” (PR2, 2022). E também:

Eu gastava 60 reais por dia para trabalhar, porque o trajeto era muito longo, eu tinha que pegar ônibus, saindo cedo de casa. Fui perseguida [na rua], daí na escola mudaram meu horário. Depois pedi para mudar para uma outra escola, (...), mas eu tinha que subir um morro que era muito, muito difícil! Tentei de bicicleta (...). Depois precisei fazer outra cirurgia. (...) tem que estar mudando constantemente, né? (PR3, 2022)

Devido às suas enfermidades, A PR3 sentia-se responsável por constantemente ser removida de escola. Essa condição a levava a adotar o presenteísmo como estratégia defensiva para minimizar os conflitos oriundos da organização do trabalho. Logo, evitava faltar ao serviço mesmo adoecida, almejando se alinhar ao discurso de profissional responsável e importante para a escola: “Eu quero que me queiram ali. Eu quero me sentir aproveitada. Não gosto de demonstrar que eu tenho dores. Aí eu quero mostrar que eu consigo” (PR3, 2022).

A dificuldade de locomoção, causada por problemas de saúde, restringia a participação das professoras nas capacitações profissionais oferecidas pela SEMED, a qual, conforme relataram, escolhia locais sem acessibilidade para a realização dos cursos, das reuniões e das formações:

Quando eu chego no curso que tem uma escada, eu encosto naquela escada e já começo a chorar. Primeiro disfarço, começo a ter taquicardia, começa a dar sudorese (...) eu tinha que sentar igual uma lagarta assim, puxando meu corpo para trás né, (...) é assim faz parte da função de coordenador participar de eventos, né? (PR3, 2022).

Sob a ótica da psicodinâmica do trabalho, a fala expressa o sofrimento psíquico gerado pela incompatibilidade entre o desejo de continuar contribuindo profissionalmente e as limitações físicas ignoradas pela instituição. Mesmo com as reações psíquicas relata-

das e as limitações, ela tenta omitir o seu mal-estar para manter sua imagem profissional e se sentir pertencente. Esse conflito intensifica o sofrimento ético, agravando o adoecimento existente e podendo gerar novas patologias físicas e psíquicas.

Considerações finais

O ideário neoliberal, base da gestão gerencialista que orienta a cultura escolar produtivista e responsabiliza o professor pelo sucesso do ensino-aprendizagem, é decisivo para o sofrimento patogênico e adoecimento docente, já que o merecimento de ser reconhecido implica uma dinâmica psíquica de dedicação ilimitada e adesão ao sobretrabalho, independentemente das condições materiais, ético-políticas, relacionais ou organizacionais. As relações profissionais pouco empáticas e solidárias, fruto de uma lógica de competição por melhores performances das escolas e dos alunos, dificultam a construção de um ambiente coletivo democrático, acolhedor e de confiança.

O processo de realocação funcional estudado ainda se apresenta, em nosso entendimento, como falho. Foi possível notar pelos relatos das entrevistadas que abala a saúde física e psicológica das trabalhadoras e não propicia o desenvolvimento do sentimento de pertencimento no ambiente organizacional, prevalecendo uma identidade profissional corroída pelo medo da exclusão e pela necessidade de reafirmar sua utilidade dentro da unidade escolar, pois repete as mesmas condições materiais e organizacionais insustentáveis que contribuíram para o adoecimento, sendo necessário o ajustamento da política de readaptação, cuja compreensão do trabalho docente

em relação ao quadro clínico apresentado seja capaz de promover a saúde mental e valorizar a importância do magistério.

Referências

- AMARAL, G. A. **Escuta clínica do trabalho e (re)significação do sofrimento de professoras readaptadas**. 2018. 234 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.
- BARRETO, M.; HELOANI, R. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], n. 123, p. 544-561, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.036>. Acesso em: 07 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm Acesso em 03 jan. 2020.
- CARLOTTTO, M. S. Síndrome de Burnout: diferenças segundo níveis de ensino. **Psico**, [S. l.], v. 41, n. 4, p. 495-502, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4881> Acesso em: 20 jan. 2023.
- CORUMBÁ/MS. **Lei Complementar n. 042**, de 8 de dezembro de 2000, alterada pela Lei Complementar n. 139, de 21 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos de município de Corumbá da administração direta, indireta e das entidades

fundacionais, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.tce.ms.gov.br/storage/docdigital/2009/09/00000441.pdf> Acesso em: 03 jan. 2020.

CORUMBÁ/MS. **Lei Complementar n. 150**, de 04 de abril de 2012. Institui o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal de Corumbá e dispõe sobre direitos, vantagens e obrigações de seus integrantes. Disponível em: <https://bit.ly/4cqYReU>. Acesso em: 03 abr. 2020.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, C. Addendum. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (org.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2011. p. 49-106.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.

DUBAR, C. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 146, p. 351-367, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-1574201200020003> Acesso em 07 abr. 2023.

ESTEVE, J. M. **El mal estar docente**. 3. ed. Barcelona: Paidós, 1994.

FARIAS, J. V. de; MIGUEL, J. R. Readaptação funcional: uma voz silenciada no canto da escola. **Id online Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 13, n. 44, p. 301-332, 2019. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 15 abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v13i44.1620>.

FERREIRA, G. N. **Professores readaptados em um município do litoral norte de SP**: mudanças e conflitos em sua identidade

profissional. Orientadora: Rachel Duarte Abdala. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) – Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, 2017.

GAULEJAC, V. de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ed. Ideias e Letras, 2007.

HELOANI, J. R. Assédio moral: a dignidade violada. **Revista Aletheia**, n. 22, p. 101-108, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n22/n22a10.pdf> Acesso em: 03 jan. 2023.

MORAES, R. D. Estratégias defensivas. In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. (org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 153-157.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Porto: Porto Editora, 2009.

OLARTE, Z. V. L. **Vivências e desafios de professoras readaptadas na cidade de Corumbá**. Orientadora: Vanessa Catherina Neumann Figueiredo. 2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Educação Social). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2023.

SANTOS, M. R. F. dos; FIGUEIREDO, V. C. N. Descaminhos, medo e violência no trabalho socioeducativo com adolescentes em conflito com a lei. In: MARTINS, B. A.; RÜCKERT, F. Q.; SANTOS, F. A. (org.). **Temas e práticas em educação social no estado de Mato Grosso do Sul**. Curitiba: CRV, 2020. p. 217-232.

SOUZA, A. N. de; LEITE, M. de P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, 2011 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bTWb5wmPrc-Twq49rTRNkfPM/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 30 abr. 2023.

SOUZA, M. M. P. de; CARRIERI, A. de P. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 40-64, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/qvQmmD4BFQg4vY8kQT6zLNN/?format=pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.